

# Governo revela três estudos que servirão de base aos "contratos de risco"

BRASILIA (Sucursal) — O Palácio do Planalto distribuiu ontem nota à imprensa, preparada pelos ministérios da Agricultura e do Interior, com a finalidade de "esclarecer a opinião pública sobre o que realmente ocorre em relação à utilização econômica de floresta na região Amazônica". O porta-voz oficial do governo, coronel Rubem Ludwig, disse que o esclarecimento visa evitar "o tal do monopólio da boa intenção" e da "preocupação ecológica" em que "só alguns se julgam preocupados".

Juntamente com a nota interministerial, o Planalto distribuiu três estudos que praticamente confirmam os termos de matéria publicada pela "Folha" em 3 de dezembro último, assinada pelo repórter Frota Neto. No estudo de Clara Pandolfo há a afirmativa de que "o conhecimento que se tem presentemente sobre o uso dos recursos florestais da Amazônia já permite o estabelecimento de linhas gerais de ação na implementação de um programa de aproveitamento racional desses recursos".

O estudo do técnico da FAO, F. Schmithusen utiliza a expressão "contratos de utilização florestal" ou "contratos de risco". Finalmente, o trabalho da FAO (Roma, 1978) diz que a utilização dos recursos florestais da região, além de atender ao crescimento da demanda interna, oferece oportunidade de expandir as exportações e melhorar o balanço de pagamentos do Brasil.

### PLANALTO DISTRIBUI NOTA

O porta-voz oficial do governo, coronel Rubem Ludwig, distribuiu ontem uma nota à imprensa, e comentou que "este é um problema que no Brasil está nessa fase: estudos, estudos, estudos e estudos. Naturalmente, num problema destes, além do aspecto ecológico, há os aspectos financeiro, econômico, jurídico. O aspecto, sei lá, pode-se prosseguir até descobrindo vários a serem estudados, analisados, discutidos, etc".

Diante do interesse do governo em prestar esclarecimentos sobre um assunto que a "Folha" divulgou no dia 3 de dezembro e que era desmentido com veemência, um repórter perguntou então ao coronel a razão destas explicações detalhadas:

"Eu tenho a impressão — respondeu Ludwig — que com o tempo se percebeu que o assunto estava assumindo essas proporções. Eu acho que o governo sempre está com o pressuposto de que a desconfiança não chega a este ponto. É o tal monopólio da boa intenção, da preocupação ecológica. Só alguns se julgam preocupados."

Pouco depois, o porta-voz do Planalto acabou admitindo que "a discussão do problema é altamente positiva". E continuou: "O que seria negativo seria o desinteresse total e o abandono, a despreocupação com uma área que representa a metade do território brasileiro". Voltou, então, ao assunto, repetido por diversas vezes, com ênfase:

"Não houve e não há sequer previsão de decisão a respeito nestes próximos meses. Até porque, não há motivo de acodamento. O problema está sendo conduzido com o máximo de cautela, para que se evite atitudes precipitadas. Não há nenhuma decisão; não há sequer a colocação dos estudos em nível ministerial."

### AÇÃO PREDATORIA

Para o porta-voz da Presidência, na região Amazônica realmente existe "uma quase que ação predatória" provocada, segundo ele, por "pequenas empresas ou até fazendeiros isolados". E explicou-se:

"Talvez por desconhecimento pela despreocupação de quem vive naquela imensa... olhando uma árvore, este homem não está sensibilizado em relação a esta árvore ou a um grupo de árvores, como aquele que vive numa grande cidade".

Sobre a exploração madeireira na região que ser ocupada por um lago com 2.160 km<sup>2</sup>, para construção da Hidrelétrica de Tucuruí, o coronel Ludwig ressaltou que "é evidente que esta madeira toda vai apodrecer, vai criar problemas para a ecologia, para o lago". Mas, também sobre isto, ele garantiu que "é outro assunto que ainda se está estudando".

No mesmo encontro oficial com a imprensa, o coronel forneceu cópias de três estudos detalhados sobre a região Amazônica: "A Floresta Amazônica Brasileira: Enfoque Econômico-Ecológico" — de Clara Pandolfo, funcionária da Sudam, feito no ano passado; "Training and Investment for Forestry Development in the Amazon Region", feito pela FAO; "Contratos de Utilização Florestal com referência Especial à Amazônia Brasileira", de F. Schmithusen.

Sobre o estudo "Contratos..." o coronel Ludwig lembrou que "este talvez seja o que tenha provocado algumas opiniões a respeito". Depois, afirmou que "o título, talvez tenha levado a alguma correlação com contrato de risco ou alguma referência, embora ele mesmo tenha sugerido outras alternativas".

### CONTRADIÇÕES

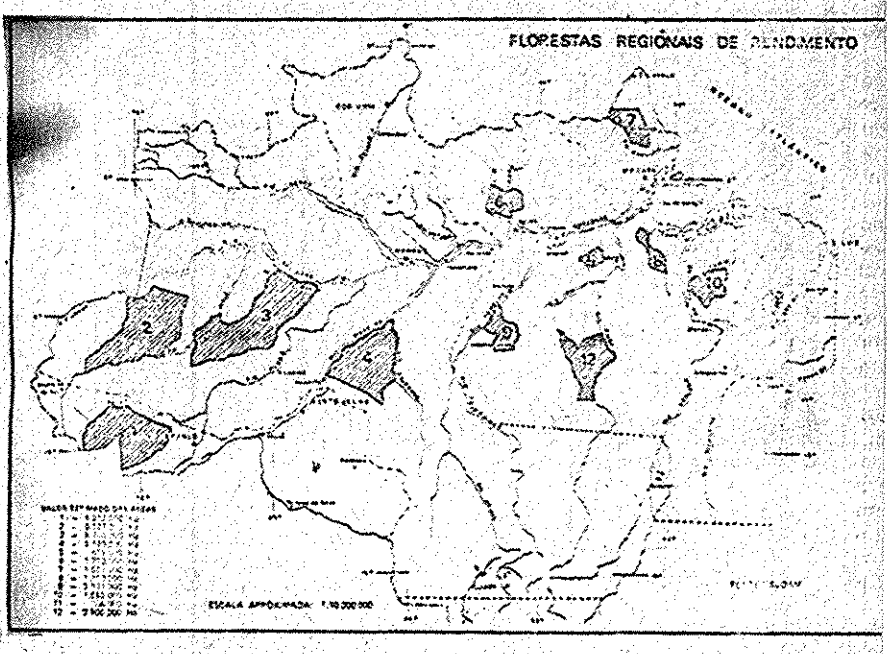
O estudo da técnica Clara Pandolfo, o maior dos três fornecidos ontem pelo Palácio do Planalto, fornece a informação de que a Sudam faz, desde 1972, "um levantamento minucioso sobre as atividades florestais da região, procurando determinar as possibilidades de expansão e desenvolvimento dessas atividades, sem deixar de levar em conta, paralelamente, a preservação ecológica".

Numa das conclusões de caráter estritamente econômico, a técnica da Sudam, garante que "a grande hilela não pode permanecer como simples ornamento de paisagem regional nem tampouco deverá continuar a ser considerada como mera ocupante transitória do terreno o ser alvo das práticas predatórias atualmente usadas".

Em seguida, alguns trechos das quase 80 páginas do estudo em que a Sudam procura explicar aos órgãos sobre a necessidade da exploração da floresta Amazônica:

"É preciso que o Brasil se conscientize do gigantesco potencial de riqueza que a floresta Amazônica representa e procure mobilizar esse vasto capital inativo, dando-lhe sentido econômico, através do desenvolvimento e da racionalização das atividades madeireiras. A Amazônia, se organizada a sua produção, terá condições de tornar-se, nas próximas décadas, um grande centro produtor para o mercado mundial, liderando o comércio internacional de madeiras tropicais".

"O conhecimento que se tem presentemente sobre o uso dos recursos florestais da Amazônia já permite o es-



## A nota oficial conjunta

E a seguinte a íntegra da nota oficial dos Ministérios da Agricultura e Interior:

"Em face de notícias desencontradas sobre o assunto, aligara-se oportuno esclarecer a opinião pública sobre o que realmente ocorre em relação à utilização econômica de florestas na região Amazônica."

"Em 1974, a Sudam apresentou estudo sobre a matéria, aliás referidos no 2.º PND."

"A principal preocupação era com uma utilização racional da riqueza florestal da área, que evitasse os inconvenientes atualmente observados, como sejam:"

"A) A atual dispersão das indústrias madeireiras o que impossibilita uma fiscalização eficiente por parte do órgão competente e inviabiliza qualquer processo de controle da produção;"

"B) O sistema extrativista de abastecimento da matéria-prima, feito nos moldes mais empíricos, com enorme desperdício de madeira e extremamente precário em termos qualitativos e quantitativos;"

"C) A ausência de reposição da madeira extraída, considerando que, no regime atual de trabalho, tal responsabilidade está unicamente afeta ao usuário que, na maior parte dos casos, não tem condições de se desempenhar dessa incumbência."

"A proposta apresentada foi de selecionar áreas em que seriam estabelecidas as florestas de rendimento, ou seja, núcleos florestais terras atualmente de propriedade do governo, previamente selecionadas, para as quais seriam encaminhadas as empresas madeireiras cujos projetos, devidamente analisados pelos órgãos competentes, fossem julgados de interesse para o desenvolvimento regional. Tais empresas, de acordo com a capacidade de produção do projeto aprovado, poderiam dispor, ao lado da área destinada às instalações industriais, de área florestal, a ser tecnicamente manejada, com vistas ao suprimento de matéria-prima, de modo regular e contínuo. Essas empresas seriam meras arrendatárias, das áreas florestais em exploração, obrigando-se ao cumprimento de normas contratuais severas no que concerne à tecnologia de extração e à reposição efetiva da madeira extraída, nos termos do artigo 20 do Código Florestal."

"A forma mais recente desses estudos da Sudam foi, há pouco, apresentada no 3.º Congresso Florestal Brasileiro, em dezembro de 1978."

"Como assinala a entidade, a concentração das indústrias madeireiras nessas áreas restritas, perfeitamente delimitadas e demarcadas — as florestas de rendimento —, levaria progressivamente a um estágio de mútua complementaridade entre as empresas, fazendo surgir, nesses locais, centros florestais integrados e gerando núcleos populacionais significativos, correspondendo a um verdadeiro processo natural de colonização do interior amazônico sistema de trabalho e perfeitamente consistente com os modernos princípios de desenvolvimento ecológico e ecodesenvolvimento — onde o conceito de colonização corresponde a esquemas de desenvolvimento micro-regional integrado, tal como se propõe para as áreas das florestas de rendimento."

"A atividade madeireira é a única atividade de uso da terra que não exige a remoção da floresta — ao contrário, mantém-na e conserva-a — e deve ser considerada, por isso, como a atividade econômica prioritária a ser desenvolvida no processo de ocupação regional. Mas, para tal, é preciso racionalizá-la, tornando-a compatível com os conceitos da moderna ciência florestal."

"Ao lado desses trabalhos da Sudam, o IBDF recebeu, no segundo semestre de 1978, um estudo de técnicos da FAO com referência especialmente à possibilidade de uso econômico da Floresta Nacional de Tapajós."

tabelecimento de linhas gerais de ação na implementação de um programa de aproveitamento racional desses recursos". (Neste ponto, a Sudam contradiz o porta-voz do governo, coronel Ludwig, de que os estudos existentes ainda não permitem a tomada de uma decisão).

### ESTRANGULAMENTO

A técnica Clara Pandolfo, noutra parte do estudo, aconselha os pontos, que segundo ela precisam ser superados, e que chama de "estrangulamento", citando "o primitivismo das técnicas de extração florestal, a extrema dispersão das indústrias madeireiras e a descapitalização florestal crescente em espécies de valor econômico".

Após defender a criação de 12 áreas florestais para exploração econômica (vide Mapa) num total de 40 milhões de hectares, a técnica da Sudam gasta algumas páginas tentando explicar às excelências da exploração madeireira, entre outras coisas, diz:

"AS importações mundiais da madeira praticamente quadruplicaram nos últimos 20 anos, passando de 30 para 125 milhões dem etros cúbicos e deverão alcançar provavelmente a um nível de 400 milhões de metros cúbicos, no final do século".

"Também a demanda futura de madeira no Brasil deverá crescer consideravelmente, tudo indicando que as exigências brasileiras de consumo serão, para o mesmo período, de 25 a 30 milhões de metros cúbicos, para madeiras serradas, compensados e aglomerados".

"Nas circunstâncias atuais, essa demanda tenderá a crescer em ritmo ainda mais acentuado, em face da crise mundial de escassez de petróleo, que forçará o abandono de vários produtos sintéticos competitivos, com a volta ao uso da madeira como matéria-prima de emprego universal".

Depois de propor que o governo assumira "o comando do processo de exploração florestal" na Amazônia, através de contratos de tipo "florestas de rendimento e de domínio público" e a criação de "uma entidade executiva", a técnica da Sudam aconselha "mudanças radicais, entre outras, de natureza legal, tecnológica e silvicultural".

### UTILIZAÇÃO FLORESTAL

O outro estudo distribuído ontem no Palácio do Planalto é de autoria do técnico da FAO, F. Schmithusen, e é datado de 1978. O estudo chama-se "Contratos de Utilização Florestal com Referência Especial à Amazônia Brasileira" no qual utilizou expressão "contrato de risco". Falando sobre as vantagens e desvantagens dos contratos de utilização a longo prazo, o

"O estudo orientou-se no sentido de responder a duas indagações principais:

"A) Poderia ser a floresta manejada como um permanente sistema produtivo de madeira, sem destruir a sua característica básica de floresta natural, nem afetar seriamente o seu papel e seus valores?"

"B) Poderia uma indústria de produtos florestais, baseada no fornecimento de madeira proveniente de florestas manejadas dessa forma, constituir uma proposição razoavelmente econômica e autosustentável?"

"O relatório apresentado foi ainda bastante preliminar e indicou a necessidade de outros estudos (completar o inventário florestal e realizar um estudo de viabilidade industrial)."

"Foi a propósito desse trabalho que, como documento subsidiário, se apresentou o estudo de um técnico da FAO, sob sua responsabilidade individual, o dr. F. Schmithusen, sobre "Contratos de Utilização Florestal com Referência Especial à Amazônia Brasileira". Tais contratos constituiriam uma das alternativas possíveis, segundo sugerido, para a execução do Projeto Tapajós."

"As conclusões a tirar, no caso, são:

"1) Como é fato público, há algum tempo, tanto na área da Sudam como do IBDF, a questão da utilização racional de áreas selecionadas da Floresta Amazônica: para cobrir a atual exploração predatória, vem sendo examinada a nível técnico."

"Tais estudos ainda são preliminares, e não chegaram sequer ao nível ministerial. O assunto será conduzido com ponderação e equilíbrio, sem acodamento (os textos dos trabalhos referidos estão à disposição do público)."

"2) Não há vinculação entre tais estudos e nenhuma idéia de favorecer empresas multinacionais, com supostos "contratos de riscos", que certas áreas políticas já quiseram, maliciosa e fantasiosamente, relacionar com um propósito de pagar a dívida externa."

"3) Está-se procurando, com a melhor base técnica possível, estudar a forma que melhor consulte os interesses nacionais quanto à ocupação, progressiva e racional, de certas áreas da Amazônia, através do uso de sua riqueza florestal."

"A Floresta Amazônica não deve ser bem um museu nem uma área de exploração predatória. Nenhum país pode abdicar do uso, para o seu desenvolvimento, das suas próprias riquezas naturais. Mas nada se fará, no caso da Floresta Amazônica, que apresente ameaça ao seu equilíbrio ecológico. Ao contrário, trata-se de ter um sistema de utilização que garanta a renovação da floresta."

"A falta de um sistema definido de exploração e que levou à devastação de nossos matos florestais, inclusive no Sul do País."

"Enquanto isso, há inúmeros países, principalmente na Europa central e setentrional, que há mais de século usam inteligentemente sua riqueza florestal."

"Principalmente numa economia de livre iniciativa, a opção não é usar ou não usar a floresta, e sim usá-la dentro de uma política racional, de preservação, ou enfrentar o fato consumado de seu desmatamento progressivo."

"4) Qualquer sistema que venha a ser adotado dará todo apoio a empresas nacionais, para que participem ativamente do esforço de desenvolvimento das áreas selecionadas."

"5) De passagem, lembre-se que continua proibida a exportação de madeira em tora, inclusive para estimular o seu processamento e industrialização, no País, no grau máximo que for considerado possível."

autor afirma que "são muitas as desvantagens relacionadas com as concessões a longo prazo. Todavia, elas podem ser representadas por um único problema fundamental. Concedendo tais contratos, qualquer governo corre o risco da empresa exploradora pôr em perigo os recursos florestais. Isto pode se originar pela falta de obrigações e responsabilidades bem definidas ou devido ao não cumprimento das condições previamente estabelecidas no contrato".

Em seu resumo e conclusões, o técnico da FAO apresenta uma série de passos que, pelas informações ontem liberadas pelo governo, já foram cumpridas, o que parece indicar que os estudos não estão assim num nível preliminar. Desse modo, ele apresenta que "a fim de analisar as implicações de uma política de concessão de contratos para as áreas florestais da Amazônia e preparar o mecanismo legal e organizacional necessário, propõe-se a formação de um grupo-tarefa especial dentro do IBDF, e de uma comissão especial formada por representantes do IBDF e de outros órgãos interessados, como a Sudam, In-cra e bancos nacionais de investimento", ao mesmo tempo em que aconselha: "Aos funcionários governamentais que participarem da preparação da estrutura institucional para tal política seria bastante proveitoso visitar alguns países que já possuem experiências práticas na concessão de contratos de utilização de florestas" (o que, segundo o ministro Paulineil, já foi feito).

### BALANÇO DE PAGAMENTOS

O terceiro estudo liberado pelo Palácio do Planalto (em inglês) foi distribuído sem conter uma autoria pessoal definida. Preparado pela FAO (Roma, 1978), sob o título "Preparação de Treinamento e Investimento para o Desenvolvimento Florestal da Região Amazônica", contém estudo uma série de informações também constantes do trabalho de F. Schmithusen, que é muito mais extenso.

Nesse trabalho da FAO há a afirmativa de que "a utilização dos enormes recursos da floresta amazônica pode aumentar altamente o suprimento de produtos de madeira não somente para fazer face ao crescimento do consumo interno, mas para aproveitar a oportunidade de expandir mercados externos melhorando o balanço de pagamentos".

Esse estudo faz ainda uma análise sobre questões econômicas e financeiras envolvidas no programa, inclusive em termos de investimento e retorno do investimento.